

Título: Rumo à Conferência Nacional da Educação Básica.
Francisco das Chagas Fernandes
Secretário Executivo-Adjunto – Ministério da Educação

Durante os últimos anos, o Ministério da Educação estrutura suas políticas a partir de uma interação cada vez mais orgânica com a sociedade. Absolutamente convencidos de que as boas políticas advêm da consolidação dos canais de diálogo entre o MEC e os setores sociais pautados pela defesa da qualidade da educação, organizamos centenas de Encontros, Seminários e Simpósios, e fomos a tantos outros coordenados ora por setores vinculados à educação, ora em parceria com os entes federados, sempre com a finalidade de buscar saídas para a melhoria da educação em nosso país.

Inúmeros esforços de mobilização foram somados nas esferas municipais, estaduais e federal, que resultaram em projetos políticos bastante promissores, como o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), desenvolvido sob uma perspectiva muito mais ampliada de financiamento da educação, capaz de incluir educação infantil, educação de jovens e adultos e ensino médio e garantir mais recursos e piso salarial nacional; o ensino fundamental de nove anos; o Programa Brasil Alfabetizado; a expansão e interiorização da rede de Cefets e das universidades federais; o PROUNI (Programa Universidade para Todos); a consolidação da formação de profissionais da educação, a criação do Pró-infantil, Pró-Funcionário, Pró-Letramento e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e sobretudo a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação, de caráter multidimensional e articulado com todos os níveis e modalidades de ensino, a partir de uma visão sistêmica da educação nacional.

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação da educação no Brasil também foram rediscutidos e reconceitualizados, com o objetivo de gerar capacidade real de diagnóstico dos principais focos de tensão do sistema educacional. Assim, os sistemas de avaliação gerados pelo MEC vêm se consolidando, como o SAEB, a Prova Brasil, o ENEM, dentre outros. Neste contexto, o IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), criado em 2007, tem como finalidade medir o desempenho do aluno na Prova Brasil aliado ao fluxo escolar. Resumidamente, o sistema de avaliação não se prende mais a um aspecto meramente quantitativo da nota de desempenho da prova, mas leva em consideração a interação de pelo menos três variáveis: aprovação, repetência e evasão. Quando lidos conjuntamente, estes elementos revelam a maneira pela qual o sistema de ensino apresenta maiores fatores de risco.

A partir da aplicação do IDEB, pôde-se perceber que a média nacional gira em torno de 3,5 (em uma escala simples, de 0 a 10). Frente a este dado, o Ministério da Educação estabeleceu metas para a melhoria da Educação básica. Até 2022, o Brasil deve ter IDEB igual a 6. A discussão fundamental neste momento e a partir tanto do quadro negativo de desempenho da educação básica no Brasil como das metas desafiadoras e urgentes para a reversão imediata deste quadro é de caráter fundamentalmente metodológico. Quais serão os instrumentos possíveis e concretos para que o Brasil melhore os desempenhos na educação básica? Os desafios vão desde a garantia de todas as crianças na escola, o enfrentamento das escolas multisseriadas no campo, a garantia de uma gestão escolar

democrática até a consolidação de um quantitativo satisfatório de profissionais da educação com ensino superior completo, vocacionados para o exercício da sala de aula, sobretudo na área das ciências exatas que apresenta um déficit bastante preocupante e ameaçador de uma educação básica de qualidade.

Ciente desta responsabilidade e compromissado com a garantia das metas estabelecidas, o Ministério da Educação, ao instituir o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, definiu como instrumento de qualificação importante para a educação básica o “Compromisso Todos pela Educação”. Estaremos, portanto, a partir desta interlocução com a sociedade, desenvolvendo uma ampla mobilização da educação brasileira que discutirá este instrumento e garantirá a realização de uma Conferência Nacional da Educação Básica, em abril de 2008, cujo tema central será o “Sistema Nacional Articulado de Educação”. Tal ação responde à necessidade do MEC de dialogar com a grande maioria das entidades representativas do setor educacional do nosso país.

O debate nacional envolvendo a Sociedade sob a responsabilidade do MEC, deve se pautar pelos seguintes objetivos: firmar um Pacto Nacional pela Valorização da Educação capaz de mobilizar os segmentos sociais para um amplo debate educacional, a partir de uma perspectiva inclusiva e de desenvolvimento social; definir parâmetros para um Sistema Educacional que promova, de forma articulada, em todo o país, o regime de colaboração e o controle social da educação; criar uma pauta social geradora de referências para um projeto de educação e de parâmetros para a ação programática do Estado no setor e, por fim, constituir a Educação como eixo central de um projeto de nação. A consecução destes objetivos, certamente, dependerá de uma ampla parceria para o estabelecimento de compromissos mútuos.

Para garantir a qualidade do debate no que diz respeito ao processo democrático, o foco será dado à relação federativa e ao envolvimento de segmentos sociais, a partir de visão mais ampla, que procure ir além das especificidades educacionais. Portanto, a partir de setembro de 2007, serão realizadas em cada Estado e no Distrito Federal, Conferências Estaduais da Educação Básica que trarão subsídios importantes de discussão para a Conferência Nacional da Educação Básica, a ser realizada em Brasília – DF. Todo este processo contará com o monitoramento e coordenação de comissões designadas, compostas por representantes de órgãos do Governo Federal, parlamento, dirigentes e gestores educacionais (estaduais e municipais), movimento sindical, academia, setores empresariais e movimentos sociais.

Esperamos, com a realização da Conferência, conhecer, avaliar e absorver boas práticas já desenvolvidas pelos Estados e municípios, por entendermos que estas ações, embora isoladas, carregam em si mesmas, um selo de qualidade bastante importante, pois já foram testadas e legitimadas tanto pela comunidade escolar, como pela gestão municipal e/ou estadual e conformam, em seu processo final de aplicação, o reconhecimento da comunidade externa como um modelo de política de impacto local, seja no combate à evasão escolar, no aumento do desempenho cognitivo dos alunos, na gestão democrática, ou em outras instâncias.

Neste amplo esforço de reciprocidade de ações entre o Ministério da Educação e os setores da sociedade que respondem diretamente pela educação, esperamos consolidar as bases do Estado de direito brasileiro, pautadas no diálogo, no respeito às diferenças e no compromisso com a educação de qualidade em nosso país.